

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 316**

Período: 29/11/2008 a 05/12/2008

GEDES - Brasil

- 1- General brasileiro não terá seu vínculo renovado em missão no Haiti
- 2- Jornais têm acesso à minuta da Estratégia Nacional de Defesa
- 3- Operação da Força Aérea Brasileira em Santa Catarina é a maior já feita em território nacional
- 4- Militares prestam auxílio a crianças carentes no Amazonas
- 5- Lançamento do projeto *Memória Viva* é adiado para janeiro
- 6- Brasil aprova venda de mísseis ao Paquistão
- 7 - Brasil não assina Tratado que prevê a erradicação de bombas de dispersão
- 8- Tenente da reserva admite torturas na Guerrilha do Araguaia

1- General brasileiro não terá seu vínculo renovado em missão no Haiti

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz não terá seu mandato renovado no comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). O Ministério da Defesa brasileiro não aceitou a solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU) para prorrogar o período de chefia até 2010. Santos Cruz é comandante do componente militar da Minustah desde 2007 e deve ficar no cargo até abril de 2009. Em 2008, teve seu mandato renovado depois de ter conseguido pacificar uma região de conflitos no Haiti. A *Folha* conseguiu informações, segundo as quais, o Exército não quer a permanência do general na função, pois espera que Santos Cruz concorra em 2009 ao cargo máximo na hierarquia da instituição, que é o de general três estrelas. O Ministério da Defesa relatou que o comandante deixará a Minustah em 2009 para "prosseguir em sua carreira dentro do Exército". Com isso, o Exército teria mais generais com experiência de liderança em forças de paz. Para ocupar o lugar de Santos Cruz, o Ministério enviou três nomes a ONU: os generais de brigada Floriano Peixoto Vieira Neto, Racine Bezerra Lima Junior e Julio de Amo Filho foram os selecionados. Vieira Neto serviu no Haiti em 2004. Lima Junior participou da missão de paz em Angola. Os três generais fizeram o treinamento para ocuparem a função de comandante de forças de paz. Desde 2004, ano em que a Minustah foi criada, o Brasil possui o comando das operações militares. (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/11/08).

2- Jornais têm acesso à minuta da Estratégia Nacional de Defesa

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* a minuta da Estratégia Nacional de Defesa, que deverá ser apresentada em reunião no Palácio do Planalto no dia 11/12/2008, tratará basicamente sobre uma grande reorganização das Forças Armadas, revalorização da carreira militar e reativação da indústria de defesa. Um novo cargo deverá ser apresentado no Plano, o do Especialista em Defesa para civis. A *Folha* obteve acesso ao documento, o qual não relata valores para aquisições de equipamentos ou detalhes no orçamento. No entanto, faz coro para que as Forças Armadas possam se reaparelhar de maneira intensa e adequada. O prazo para que as Três Forças apresentem os valores necessários para sua adequada modernização é março de 2009. Os principais armamentos a serem adquiridos são aviões de ataque, submarinos de propulsão

nuclear, mísseis, veículos aéreos não-tripulados, radares e equipamento individual interativo de última geração. Porém, há divergências em setores do governo sobre o financiamento desse ambicioso projeto. Mangabeira Unger, ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, propôs que o orçamento para a Defesa tenha uma taxa fixa de 2,5% do Produto Interno Bruto. Unger defendeu ainda a auto-suficiência tecnológica nas áreas espacial, cibernética e nuclear, além de interação na produção de armas, a partir de parceiras com Argentina e Chile. A minuta da Estratégia Nacional propõe que os militares priorizem, em tempos normais, as estratégias de dissuasão, presença e projeção de poder. Isso quer dizer que não basta apenas possuir recursos para se defender de eventuais ataques estrangeiros, mas demonstrar esse poder em ações "fora do território nacional e das águas jurisdicionais", como por exemplo realizar exercícios de bombardeio naval, operações anfíbias e ataques com mísseis por parte da Marinha. A "salvaguarda das pessoas e do patrimônio brasileiro no exterior ou sob jurisdição brasileira fora do território nacional" e o "incremento de atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional" fazem parte da relação dos objetivos de defesa. O documento ainda propõe a intensificação da participação do Brasil nas missões de paz, o apoio para se prevenir de ataques terroristas e a atenção para infra-estruturas com problemas emergenciais. A região amazônica continua liderando o foco da defesa. Haverá também a preocupação em revisar a atual lei que regulamenta a intervenção das Forças Armadas em atividades policiais. O serviço militar permanecerá obrigatório, sendo que existirá um serviço civil voluntário. A Escola Superior de Guerra (ESG) poderá se transferir do Rio de Janeiro para Brasília. A proposta será enviada ao congresso no começo de dezembro, mas suscita discussões no meio militar. Nelson Jobim, ministro da Defesa, afirma que essa mudança poderá ocorrer em virtude da necessidade de aperfeiçoar a produção de pesquisas e a formação de quadros civis na área. Em relato para a *Folha*, Jobim disse que a transferência da ESG não causará danos a sua localização no Rio de Janeiro. Luiz Umberto de Mendonça, comandante da ESG, afirmou que a mudança acarretaria um aumento no custo de manutenção e apoio para os estudantes. O vice-almirante da reserva Sérgio Tasso Vásquez de Aquino criticou a possível transferência. Para Aquino, há uma variedade de ligações entre a ESG, as Escolas de Guerra Naval, de Comando do Estado Maior do Exército e de Comando do Estado Maior da Aeronáutica localizadas no Rio. Entretanto, o general da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, presidente do Clube Militar do Rio, entende que com a mudança da escola para a capital federal, poderá haver maior interesse por parte dos alunos, os quais representem o Judiciário e o Legislativo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/11/08, Folha de S.Paulo – Brasil – 04/12/08; Jornal do Brasil – País – 04/12/08; O Estado de S.Paulo – Nacional – 04/12/08; Folha de S.Paulo – Brasil – 05/12/08; O Estado de S.Paulo – Nacional – 05/12/08).

3- Operação da Força Aérea Brasileira em Santa Catarina é a maior atuação já feita em território nacional

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* a denominada "Operação Santa Catarina", que tem como objetivo auxiliar o resgate de vítimas dos deslizamentos de terra e de enchentes que aconteceram em algumas cidades do estado de Santa Catarina

devido à grande quantidade de chuva na região,, se tornou uma verdadeira operação de guerra. Segundo o Comando da Aeronáutica, essa é maior operação aérea deflagrada no país, e na América Latina esta operação só perde para mobilização ocorrida durante a Guerra das Malvinas, em 1982, entre Argentina e Reino Unido. A Força Aérea Brasileira acredita que terá de enfrentar uma situação de “calamidade na saúde pública”, uma vez que segundo a Superintendência de Hospitais Públicos de Santa Catarina mais de 100 mil pessoas tiveram contato com a água contaminada. Oficialmente, a Defesa Civil registra 114 mortos, 27.410 desabrigados e 51.297 desalojados, além de 19 desaparecidos. (O Estado de S.Paulo – Metrópole – 01/12/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/12/08).

4- Militares prestam auxílio a crianças carentes no Amazonas

Segundo o *Jornal do Brasil*, militares em serviço no Amazonas estão auxiliando crianças carentes da cidade de Manaus a se incorporarem na sociedade por meio de um projeto chamado “Asas da Bola”, que incentiva a prática de esporte, mais precisamente o futebol, desde 2006. Atualmente o projeto atende 240 crianças a partir dos seis anos de idade, que são treinadas por atletas reconhecidos na Associação de Subtenentes e Sargentos da Amazônia (ASA). É a primeira vez que o clube militar do Exército Brasileiro apóia um empreendimento do gênero. Segundo o patrono do projeto, general Ítalo Fortes Avena, o Exército sempre trabalhou nas comunidades das regiões em que atua, prestando assistência médica, odontológica, entre outros. (Jornal do Brasil – País – 01/12/08).

5- Lançamento do projeto Memória Viva é adiado para janeiro

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o lançamento do programa Memória Viva, que dará acesso público aos arquivos do período militar (1964-1985), estava previsto para acontecer neste mês, mas foi prorrogado para janeiro. De acordo com o ministro Vanuchi, o adiamento foi acertado com a ministra da Casa Civil Dilma Rousseff. A orientação da ministra é que, embora esteja tudo pronto para que os arquivos sejam disponibilizados, a proximidade do fim do ano e o período de recesso atrapalharia uma maior divulgação do tema. Ainda segundo os jornais, no dia 01/12/08 ocorreu um ato público pelo Direito à Memória e à Verdade, realizado na Assembléia Legislativa paulista. No evento, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, defendeu que o assunto sobre a anistia dos torturadores do regime militar seja resolvido pelo presidente Luiz Inácio da Silva até o fim da sua gestão. O ministro afirmou que disse a Lula que “ele não pode terminar seus oito anos de governo deixando esse assunto sem uma definição”. O (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/12/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/12/08; Jornal do Brasil – País – 02/12/08).

6- Brasil aprova venda de mísseis ao Paquistão

No dia 03/12/08, conforme noticiado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, houve uma reunião extraordinária na Câmara de Comércio Exterior (Camex) convocada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, na qual foi decidida a concessão de um seguro de crédito à exportação de cem mísseis ao Paquistão. De

acordo com o que foi divulgado, o acordo – entre a empresa de São Paulo fornecedora Mectron, o Paquistão e a Força Aérea Brasileira – havia sido fechado em abril, mas dependia da aprovação do governo federal e, de acordo com a *Folha*, “coincidentalmente”, a intermediação da venda dos mísseis foi realizada pelo mesmo grupo paquistanês que auxiliou o governo russo na venda de doze helicópteros de ataque ao Brasil na última semana de novembro deste ano. A decisão brasileira é delicada devido ao impasse atual entre Paquistão e Índia – os dois países já entraram em guerra três vezes desde sua separação em 1947 – aprofundado por consequência dos atentados que causaram 172 mortes neste último país. Considerando isso, na reunião ocorrida na Camex, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores, disse temer reações internas e externas à decisão nesse momento, porém, concordou com o ministro Jobim quando este afirmou que a negociação ocorre entre países, não com os terroristas do Paquistão. Jobim ainda continuou dizendo que se o negócio fosse cancelado, o Brasil estaria atribuindo ao governo paquistanês atividades terroristas. A garantia financeira, o seguro de crédito de 25 milhões, será fornecida pelo Banco do Brasil, considerando um contrato de 85 milhões. O contrato envolve mísseis anti-radiação do modelo MAR-1 (desenhados para serem instalados no caça de ataque a solo AMX), desenvolvidos em 1998 pela Aeronáutica e a empresa Mectron; são específicos para atingir alvos emissores de radar em terra (baterias anti-aéreas), e captura sinais de radar, além de perseguir a fonte emissora. Só a FAB investiu cerca de 26 milhões de dólares no projeto (*Folha de S. Paulo – Mundo – 03/12/08*; *O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/12/08*).

7- Brasil não assina Tratado em Oslo que prevê a erradicação de bombas de dispersão

Conforme publicação dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, 92 países assinaram em Oslo, capital da Noruega, o tratado que proíbe a fabricação, armazenagem e o comércio das chamadas “cluster bombs” ou bombas de cacho. Estas bombas são consideradas pouco precisas e com alto índice de baixas civis em guerras. Brasil, Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Paquistão, que são países produtores deste tipo de bomba, não aderiram ao tratado. Segundo o embaixador brasileiro na Noruega, Sergio Moreira Lima, que representou o país na reunião, o Brasil não assinou o tratado por considerar que a questão deve ser debatida no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e não em uma reunião secundária. (*Folha de S.Paulo - Mundo - 04/12/08*; *O Estado de S.Paulo – Internacional – 04/12/08*).

8- Tenente da reserva admite torturas na Guerrilha do Araguaia

Segundo o *Jornal do Brasil*, o tenente da reserva José Vargas Jiménez confessou que durante a Guerrilha do Araguaia cometeu atos de tortura contra ativistas do Partido Comunista do Brasil. Por 35 anos as Forças Armadas negaram atos deste tipo por parte de seus oficiais e Jiménez é o primeiro a admitir. Segundo Jiménez, durante o período em que combateu a guerrilha foram mortos 32 guerrilheiros pelo seu grupo.

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Diego Barbosa Ceará (Redator, graduando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).